

ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) E MEMBROS DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA E À EXTENSÃO (FAPEX)

SELEÇÃO PÚBLICA ELETRÔNICA N° 029/2024

A **LOCALIZA RENT A CAR S.A (“LOCALIZA” ou “RECORRENTE”)**, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o nº 16.670.085/0001-55, estabelecida na Avenida Bernardo de Vasconcelos, 377, Cachoeirinha, Belo Horizonte/MG, CEP 31.150-000, representada na forma de seu Estatuto Social e/ou Procuração, participante devidamente credenciada na Seleção Pública – Eletrônica N° 029/2024, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, apresentar **RECURSO ADMINISTRATIVO** em face do registro de preços e homologação da ***Speed Way Locadora de Automóveis Ltda.***, o que o faz com base nas razões fáticas e de direito a seguir expostas.

Requer, sejam as notificações relativas ao resultado do presente recurso encaminhadas à **LOCALIZA** por meio dos e-mails: licitacoes@localiza.com; julia.laudares@localiza.com ; felipe.ricardi@localiza.com ; ou com via postal para o endereço Avenida Bernardo de Vasconcelos, 377, Cachoeirinha, Belo Horizonte/MG, CEP 31.150-000.

1. DOS FATOS

A **FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA E À EXTENSÃO – FAPEX (“FAPEX”)**, entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, lançou a **SELEÇÃO PÚBLICA** em referência com o objetivo de realizar o registro de preços para eventual contratação, por demanda futura e incerta, de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos, para atendimento das atividades da **FAPEX** e dos seus projetos no suporte às atividades de pesquisa e extensão, bem como outras desenvolvidas pela Fundação.

Realizado devido cadastramento e iniciada a **SELEÇÃO PÚBLICA**, quando inaugurados os lances, a **LOCALIZA** foi prejudicada em razão de divergências existentes no quantitativo previsto no instrumento convocatório e aquele indicado em sistema, referente ao LOTE 01 dos itens licitados, que fizeram com que o tempo aberto para apresentação das propostas se esgotasse antes que fosse possível promover quaisquer lances, impedindo sua devida participação.

Inconformada, uma vez que seguiu com a sugestão de preços conforme dados disponibilizados no Edital, a **LOCALIZA** registra a intenção de Recurso e serve do presente para apresentar suas razões, pelos fundamentos que passa a expor.

2. DO DIREITO

2.1 Da Estrita Observância das Especificações do Edital

Conforme indicado no tópico anterior, a participação da **LOCALIZA** na **SELEÇÃO PÚBLICA** foi prejudicada em razão da diferença observada na quantidade de diárias previstas para o veículo da categoria Furgão (item 1.5 – LOTE 01) no Edital e àquela cadastrada em sistema para realização dos lances.

Veja-se a partir dos recortes destacados abaixo, que para locação do automóvel supracitado estão indicados no instrumento convocatório as quantidades de 30 (trinta) unidades diárias e 24 (vinte e quatro) na unidade mensal, enquanto na plataforma para inclusão dos valores constava 100 (cem) unidades diárias e 118 (cento e dezoito) na unidade mensal:

I. Anexo I do Edital – Termo de Referência

1.5. Locação de veículo passeio completo

- a) Categoria: **Furgão**;
- b) Motorização: **1.4 ou superior**;
- c) Combustível: **Flex**;
- d) Capacidade: **(02) duas pessoas** (incluso o motorista);
- e) Características mínimas: direção hidráulica/elétrica; vidros e travas elétricas; airbags; freio ABS.

Categoria	Und	Qtde	V. Unitário	V.total
Furgão	Diária	30	458,67	45.867,00
Furgão	Mensal	24	3.855,90	783,195,50

II. Anexo II (print) - Plataforma

1	6	MINIVAN	MENSAL	118,00	4.800,00	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	4800,0000	<input type="checkbox"/>
1	7	SUV	DIÁRIA	100,00	314,50	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	314,5000	<input type="checkbox"/>
1	8	SUV	MENSAL	118,00	4.800,00	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	4800,0000	<input type="checkbox"/>
1	9	FURGÃO	DIÁRIA	100,00	458,67	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	458,6700	<input type="checkbox"/>
1	10	FURGÃO	MENSAL	118,00	3.855,90	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	3855,9000	<input type="checkbox"/>

Nestes termos, a precificação e cálculos disponibilizados pela **LOCALIZA** levaram em conta os dados anteriormente dispostos no Edital, nos parâmetros demandados pela **FAPEX**, cumprindo reiterar que referida divergência foi inclusive observada na proposta comercial apresentada pela vencedora, **Speed Way Locadora de Automóveis Ltda.**, tem-se:

LOTE 01					
CATEGORIA	UNIDADE	QTDE	V. UNIT	V. TOTAL	V. UNIT V. TOTAL
HATCH	DIÁRIA	100	R\$ 252,00		R\$ 25.200,00
HATCH	MENSAL	118	R\$ 3.179,00		R\$ 375.122,00
SEDAN	DIÁRIA	100	R\$ 217,00		R\$ 21.700,00
SEDAN	MENSAL	118	R\$ 3.224,00		R\$ 380.432,00
MINIVAN	DIÁRIA	100	R\$ 469,00		R\$ 46.900,00
MINIVAN	MENSAL	118	R\$ 4.800,00		R\$ 566.400,00
SUV	DIÁRIA	100	R\$ 314,00		R\$ 31.400,00
SUV	MENSAL	118	R\$ 4.800,00		R\$ 566.400,00
FURGÃO	DIÁRIA	30	R\$ 458,00		R\$ 13.740,00
FURGÃO	MENSAL	24	R\$ 3.855,00		R\$ 92.520,00
			R\$		2.119.814,00

Portanto, não há dúvidas quanto a existência de vícios no certame realizado, configurando-se latente violação dos dispositivos e demais regras do Edital vinculado à **SELEÇÃO PÚBLICA**, assim como aos Princípios e Garantias que embasam as contratações, que acabaram por prejudicar a participação da **LOCALIZA**.

Por esta razão, é imprescindível que ocorra a revisão do certame realizado, sob risco de afronta aos comandos da Lei de demais fundamentos basilares do Direito Administrativo, mais bem aprofundados nos tópicos a seguir.

2.2 Do Respeito aos Princípios Aplicáveis as Licitações

Em melhor análise dos termos do Decreto nº 8.241 de 21 de maio de 2014, é possível verificar que se encontram elencados os objetivos principais e inerentes ao procedimento licitatório, de maneira expressa, cujas definições decorrem dos Princípios da Administração Pública constantes do art. 37, *caput* e inciso XXI, da Constituição Federal¹.

Vejamos alguns exemplos:

Art. 1º Este Decreto regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, para dispor sobre a aquisição de bens e a contratação de obras e serviços pelas fundações de apoio no âmbito de projetos de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, inclusive na gestão administrativa e financeira necessária à execução desses projetos, [...]

¹ “Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...) XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”

§ 2º Os procedimentos regidos por este Decreto atenderão aos princípios da impessoalidade, da moralidade, da probidade, da publicidade, da transparência, da eficiência, da competitividade, da busca permanente de qualidade e durabilidade, e da vinculação ao instrumento convocatório.

Art. 2º Para os fins deste Decreto, considera-se:

I - Termo de referência - documento que contenha os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para identificar o bem, obra ou serviço, inclusive de engenharia, a ser contratado, acompanhados das especificações técnicas, para propiciar a avaliação do custo da contratação e para orientar a execução e a fiscalização contratual;

Art. 5º O instrumento convocatório da seleção pública de fornecedores conterá, no mínimo, a definição do objeto da seleção, as exigências de habilitação, os critérios de julgamento das propostas, as obrigações das partes, o prazo de execução ou de fornecimento do objeto e as consequências do inadimplemento contratual.

Nesse sentido, tem-se que os Princípios são fontes e origem das normas jurídicas, que devem interpretadas e aplicadas à sua luz, não sendo concebível qualquer solução que com eles colida, servindo seus termos como meio a sanar eventuais controvérsias e lacunas observadas no texto legal.

O Ilustre Professor Celso Antônio Bandeira de Mello, leciona que:

“Violar um princípio é muito mais grave que transgredir uma norma. A desatenção ao princípio implica em ofensa não apenas a um específico mandamento obrigatório, mas a todo o sistema de comandos. É a mais grave forma de ilegalidade, ou inconstitucionalidade, conforme o escalão do princípio violado, porque representa insurgência contra todo o sistema, subversão de seus valores fundamentais, contumélia irremissível a seu arcabouço lógico e corrosão de sua estrutura mestra.”²

Com isso, é certo que por meio de sua interpretação se faz possível traduzir os valores protegidos pelo Direito, encontrando-se a melhor solução, dentre as diversas possíveis, viabilizando a resolução de conflitos que até mesmo não se encontram explicitamente previstos no ordenamento jurídico, de modo que, nenhum dispositivo deve ser interpretado sem que se recorra à sua análise.

2.3 Da Observância ao Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório

Além do mais, a divergência no quantitativo do item 1.5 (veículo Furgão) - LOTE 01, que prejudicou devida participação da **LOCALIZA** no certame, uma vez que tornou forçosa a realização de novos cálculos e retomada da precificação para inclusão dos lances no sistema, está em completa dissonância com o Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, basilar e fundamental para que se proceda a qualquer certame de licitação, cumprindo para tanto relembrar os ensinamentos do emérito Professor Hely Lopes Meirelles, que dispõe:

² Curso de Direito Administrativo, 27ª ed., São Paulo, Malheiros, 2010, pp. 125 e 126

“Vinculação ao edital – A vinculação ao edital é princípio básico de toda licitação. Nem se compreenderia que a Administração fixasse edital a forma e modo de participação dos licitantes no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse documentação e propostas em desacordo com o solicitado. O edital é lei interna de licitação, e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que os expediu.” (Meirelles, Hely Lopes, Direito Administrativo Brasileiro, 14ª. Edição, Revista dos Tribunais, São Paulo, 1989. p.243). Destacamos.

Por conseguinte, afirma-se que o Edital em sua integralidade atrela tanto à Administração, que estará estritamente subordinada aos seus próprios atos, quanto às concorrentes, sabedoras do inteiro teor do certame, ficando ambos restritos ao que lhes é solicitado ou permitido, nos termos do instrumento, no que concerne o procedimento, documentação, propostas e julgamento.

Assim, consoante ao entendimento da jurisprudência, é certo que deverá ser garantido o estrito cumprimento ao Edital, para que se faça Lei entre as partes, ensejando nulidade em caso de descumprimento, tem-se:

*“Direito Administrativo e Processual Civil. Ação ordinária. Recursos de Apelação Cível. Possibilidade de exame conjunto. Similitude nos temas de interesse. Arguição de perda superveniente do objeto. instauração de novo procedimento licitatório para a contratação dos mesmos serviços. Novo procedimento concorrential suspenso por decisão judicial. Subsistência do objeto meritório de interesse. Licitação realizada pelo SEBRAE-RN. descumprimento de exigências editalícias por parte de concorrente declarada vencedora administrativamente. Reconhecimento de referida circunstância expressamente no apelo. Desnecessidade de perquirição probatória exaustiva. incidência da regra trazido no Artigo 334, II, do CPC. Necessidade de vinculação às regras e preceitos do Edital. diretriz estabelecida em regulamento de licitações do próprio SEBRAE. **Impossibilidade de flexibilização das regras do Edital para beneficiar licitante específico. Quebra ao princípio da isonomia e impessoalidade. Sentença coerente.** Recursos de Apelação Conhecidos e Desprovidos.” (TJ-RN - AC: 20150130361 RN, Relator: Desembargador Expedito Ferreira., data de julgamento: 28/01/2016, 1ª CÂMARA CÍVEL)*

*APELAÇÃO CÍVEL – MANDADO DE SEGURANÇA –PREGÃO PRESENCIAL nº 92/2012 – LICITAÇÃO - EXIGÊNCIA EDITALÍCIA INCOMPLETA – FRUSTAÇÃO DA CONCORRÊNCIA - VÍCIO INSANÁVEL DEMONSTRADO – VIOLAÇÃO A AMPLA CONCORRÊNCIA E A VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO - PODER DE AUTOTUTELA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. A Administração Pública detém o poder de autotutela, que lhe confere a possibilidade de rever, de ofício, seus atos eivados de ilegalidade, ou, ainda, os casos que entenda pelo não atendimento do interesse público. Conforme o entendimento sumulado pela Corte Suprema pátria, a licitação, como qualquer outro procedimento administrativo, é suscetível de anulação, **em virtude da existência de vício no processo licitatório**, ou por razões de conveniência e oportunidade da Administração Pública. (Súmula 473/STF). **Pelo princípio da vinculação ao instrumento convocatório é***

imprescindível que sejam observados os limites do edital, já que constitui elemento fundamental do processo licitatório, sendo nele fixadas as condições de realização da licitação.

Dessa forma, seja qual for a modalidade adotada, deve-se garantir a observância da isonomia, legalidade, impessoalidade, igualdade, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, a fim de que prevaleçam os motivos apresentados, restando evidente que o embaraço causado à **LOCALIZA**, caso não sanado, implicará em grave ofensa ao Edital publicado, bem como em grave ofensa aos preceitos legais previstos na legislação, razões estas pelas quais se faz imprescindível a retomada da **SELEÇÃO PÚBLICA** em retificação ao que fora apresentado.

3. DOS PEDIDOS

Pelo exposto, à luz do que determina o Edital e demais preceitos do Decreto nº 8.241 de 21 de maio de 2014, somados aos dispositivos previstos na Constituição Federal e demais normas legais aplicáveis a **LOCALIZA** pugna pela procedência do Recurso Administrativo em tela, para que seja retomado o certame licitatório de **SELEÇÃO PÚBLICA ELETRÔNICA Nº 029/2024**, a fim de sanar o erro identificado e viabilizar sua justa e devida participação;

Termos em que,
Pede deferimento.

São Paulo/SP, 06 de agosto de 2024.

LOCALIZA RENT A CAR S.A
Julia Laudares
Procurador

LOCALIZA RENT A CAR S.A
Susã Tenorio
Procurador